doi.org/10.51891/rease.v12i11.32849

INVISIBILIDADE TRANS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: DESAFIOS ENFRENTADOS POR PACIENTES TRANSGÊNEROS NO ACOLHIMENTO DE ENFERMAGEM

TRANS INVISIBILITY IN HEALTH SERVICES: CHALLENGES FACED BY TRANSGENDER PATIENTS IN NURSING RECEPTION

INVISIBILIDAD TRANS EN LOS SERVICIOS DE SALUD: DESAFÍOS ENFRENTADOS POR PACIENTES TRANSGÉNERO EN LA ACOGIDA DE ENFERMERÍA

Jullyane Souza Leal de Araújo[1]
Luana Guimarães da Silva[2]

RESUMO: Este artigo buscou analisar os desafios enfrentados por pacientes transgêneros no acolhimento de enfermagem no ambiente hospitalar, identificando fatores associados à invisibilidade e estratégias de assistência humanizada. Trata-se de revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, baseada em buscas nas bases LILACS, SciELO e PubMed, considerando publicações de 2021 a 2026. Foram selecionados dez artigos científicos conforme os critérios descritos no trabalho original. A síntese temática identificou como principais barreiras o desrespeito ao nome social e à identidade de gênero, o despreparo profissional, a discriminação e a ausência de fluxos institucionais inclusivos. Entre as estratégias discutidas destacam-se a escuta qualificada, a educação permanente, a preservação da privacidade, o respeito à autonomia e a adoção de protocolos de acolhimento. Parte das evidências procede da Atenção Primária, exigindo cautela na transferência dos achados ao contexto hospitalar. Conclui-se que a redução da invisibilidade trans requer articulação entre qualificação da enfermagem, responsabilidade institucional e participação dos usuários, visando fortalecer o cuidado equitativo, integral e respeitoso.

Palavras-chave: Pessoas Transgênero. Identidade de Gênero. Cuidados de Enfermagem.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the challenges faced by transgender patients during nursing reception in hospital settings, identifying factors associated with invisibility and strategies for humanized care. This is a narrative literature review with a qualitative, descriptive approach, based on searches in LILACS, SciELO and PubMed for publications from 2021 to 2026. Ten scientific articles were selected according to the criteria described in the original study. The thematic synthesis identified disrespect for chosen names and gender identity, insufficient professional preparation, discrimination and the absence of inclusive institutional pathways as major barriers. Strategies discussed include attentive listening, continuing education, privacy protection, respect for autonomy and inclusive reception protocols. Some evidence comes from primary health care, requiring caution when applying findings to hospitals. The study concludes that reducing transgender invisibility requires coordinated nursing training, institutional accountability and patient participation to strengthen equitable, comprehensive and respectful care.

Keywords: Transgender Persons. Gender Identity. Nursing Care.

[1]Discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Faculdade Mauá Goiás.
[2]Orientadora do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Faculdade Mauá Goiás.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar los desafíos enfrentados por pacientes transgénero en la acogida de enfermería en el ámbito hospitalario, identificando factores asociados con la invisibilidad y estrategias para una atención humanizada. Se realizó una revisión narrativa de la literatura, cualitativa y descriptiva, mediante búsquedas en LILACS, SciELO y PubMed de publicaciones entre 2021 y 2026. Se seleccionaron diez artículos científicos según los criterios del estudio original. La síntesis temática identificó como barreras principales la falta de respeto al nombre social y a la identidad de género, la preparación profesional insuficiente, la discriminación y la ausencia de procedimientos institucionales inclusivos. Entre las estrategias se destacan la escucha cualificada, la educación permanente, la protección de la privacidad, el respeto a la autonomía y los protocolos inclusivos. Parte de la evidencia procede de la atención primaria, por lo que su aplicación al hospital requiere cautela. Se concluye que reducir la invisibilidad trans exige formación de enfermería, responsabilidad institucional y participación de los pacientes para fortalecer una atención equitativa, integral y respetuosa.

Palabras clave: Personas Transgénero. Identidad de Género. Atención de Enfermería.

INTRODUÇÃO

O acolhimento em saúde envolve o reconhecimento das necessidades de cada pessoa, a escuta qualificada e a construção de relações fundamentadas no respeito. Na assistência à população transgênero, esse cuidado exige reconhecer a identidade de gênero e evitar práticas que desconsideram as experiências e demandas dos usuários. A enfermagem participa desse processo por meio do contato direto com os pacientes, da avaliação das necessidades e da organização de cuidados individualizados e inclusivos (Chagas; Santos; Jesus, 2023).

Entretanto, pessoas trans ainda encontram barreiras estruturais, atitudinais e simbólicas no acesso aos serviços de saúde. A invisibilidade pode manifestar-se na desconsideração de suas necessidades, na dificuldade de reconhecimento institucional e em práticas discriminatórias que comprometem a experiência assistencial. Essas barreiras evidenciam que a disponibilidade de serviços não assegura, isoladamente, um atendimento equitativo e respeitoso (Oliveira et al., 2026).

O desrespeito ao nome social e à identidade de gênero constitui uma expressão dessa problemática. Além de comprometer a comunicação, pode dificultar a construção do vínculo e tornar o atendimento uma experiência de constrangimento. Embora investigadas também na Atenção Primária à Saúde, essas questões oferecem elementos para discutir o acolhimento em outros espaços assistenciais, considerando as particularidades de cada serviço (Lima et al., 2026).

No ambiente hospitalar, a análise dessa temática requer atenção às diferentes etapas do atendimento, desde a admissão até a alta. O reconhecimento da pessoa deve permanecer presente nos registros, na comunicação entre profissionais e na realização dos cuidados. A

literatura sobre acesso à saúde aponta discriminação, despreparo profissional, ausência de protocolos e pouca visibilidade das demandas de mulheres trans e travestis, reforçando a pertinência de investigar como essas dimensões se apresentam no acolhimento hospitalar (Fernandes et al., 2025).

Diante desse cenário, formula-se a seguinte questão norteadora: "como a invisibilidade da população transgênero no cenário hospitalar interfere no acolhimento realizado pela equipe de enfermagem e na qualidade da assistência prestada?" Essa questão direciona a investigação para as barreiras ao reconhecimento das necessidades dos pacientes e para as condições profissionais e institucionais que podem favorecer ou dificultar um cuidado inclusivo.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de reunir e aprofundar o conhecimento sobre a assistência de enfermagem à população transgênero, com atenção ao contexto hospitalar. Sua contribuição científica consiste em organizar as evidências sobre invisibilidade, acolhimento e preparo profissional, distinguindo os resultados produzidos em hospitais daqueles provenientes de outros níveis de atenção. Essa delimitação permite discutir possibilidades de aplicação dos conhecimentos e identificar aspectos que necessitam de investigação específica.

No âmbito profissional e social, a revisão pode subsidiar ações de educação permanente e a organização de práticas que respeitem o nome social, a identidade de gênero, a privacidade e a autonomia. O fortalecimento do acolhimento também depende do compromisso institucional com o enfrentamento da discriminação e com a construção de fluxos assistenciais inclusivos. A capacitação e a atuação multiprofissional integram as estratégias apontadas para qualificar o cuidado e ampliar a equidade no acesso (Fernandes et al., 2025; Lima et al., 2026).

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados por pacientes transgêneros no acolhimento de enfermagem no ambiente hospitalar, identificando fatores que contribuem para sua invisibilidade e propondo estratégias para uma assistência humanizada e inclusiva. Especificamente, pretende-se identificar as principais dificuldades vivenciadas durante o acolhimento; analisar como o preparo técnico e científico da equipe se relaciona à qualidade da assistência; e apresentar estratégias fundamentadas na literatura que valorizem a identidade de gênero, o nome social e a equidade no cuidado.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, direcionada à compreensão dos desafios enfrentados por pessoas transgênero no acolhimento de enfermagem, com foco no ambiente hospitalar. A natureza aplicada relaciona-se à intenção de produzir subsídios para o aprimoramento das práticas assistenciais.

O período de busca informado compreende de 10 de fevereiro a 30 de abril de 2026, nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed no período de 2021 e 2026.

Para a elaboração das estratégias, foram consultados os descritores em saúde (DeCS): "Pessoas Transgênero", "Identidade de Gênero", "Cuidados de Enfermagem", "Acolhimento", "Serviços de Saúde" e "Hospitais", com adaptação às bases e combinação pelos operadores booleanos AND e OR.

Foram incluídos artigos científicos em português, disponíveis gratuitamente na íntegra, publicados no intervalo definido e relacionados ao acolhimento, às experiências de discriminação, ao reconhecimento da identidade de gênero e à assistência de enfermagem à população trans. Estudos realizados em outros níveis de atenção poderão fundamentar a contextualização, mas seus resultados serão diferenciados das evidências especificamente hospitalares.

Foram excluídos trabalhos duplicados, editoriais, cartas ao editor, resumos sem texto completo, publicações fora do período estabelecido e estudos sem relação com os objetivos. A seleção compreenderá leitura dos títulos e resumos, seguida da avaliação dos textos completos. Após a leitura dos títulos, resumos e textos completos e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 10 artigos científicos para compor a revisão.

RESULTADOS

A síntese narrativa do material selecionado foi organizada em três eixos: invisibilidade e dificuldades no acolhimento, preparo técnico-científico da enfermagem e estratégias para um cuidado humanizado e equitativo. Os estudos discutidos no TCC apontam desrespeito ao nome social, dificuldades no reconhecimento da identidade de gênero, discriminação, despreparo profissional e barreiras institucionais. Foram também identificadas propostas de escuta qualificada, educação permanente, comunicação respeitosa, proteção da privacidade e

protocolos inclusivos. O trabalho original não apresenta contagens por categoria nem resultados quantitativos agregados; por isso, não são atribuídas frequências a esses achados.

DISCUSSÃO

3.1. Invisibilidade e dificuldades enfrentadas por pessoas transgênero no acolhimento hospitalar

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais reconhece a discriminação como um determinante das desigualdades em saúde. Instituída em 2011 e incorporada à Portaria de Consolidação nº 2/2017, integra as políticas de promoção da equidade do SUS. Seu objetivo envolve promover a saúde integral, enfrentar o preconceito institucional e reduzir desigualdades, fortalecendo a universalidade, a integralidade e a equidade da assistência (Brasil, 2013; Brasil, 2017).

Apesar desse reconhecimento, o acesso de pessoas trans aos serviços permanece atravessado por barreiras estruturais, atitudinais e simbólicas. A invisibilidade ocorre quando suas necessidades não são reconhecidas ou quando a organização institucional dificulta sua participação no cuidado. As experiências de usuários dos serviços públicos evidenciam que a exclusão pode coexistir com a oferta formal de atendimento, tornando necessário examinar também a qualidade das relações estabelecidas entre pacientes e profissionais (Oliveira et al., 2026).

O desrespeito ao nome social e à identidade de gênero pode comprometer o acolhimento e causar constrangimentos durante o atendimento. A comunicação inadequada e a dificuldade de reconhecer as demandas apresentadas prejudicam a construção de uma relação de confiança. Embora essas questões tenham sido investigadas na Atenção Primária, oferecem elementos para analisar práticas institucionais em outros serviços, sem pressupor que se manifestem da mesma maneira em todos os contextos hospitalares (Lima et al., 2026).

As desigualdades e os agravos precisam ser compreendidos em relação às condições de vida, à discriminação e às dificuldades de acesso, evitando tratar a identidade trans como doença ou causa de adoecimento. Para a investigação hospitalar, interessa compreender se o acolhimento permite expressar necessidades, esclarecer dúvidas e participar das decisões assistenciais, reconhecendo o paciente como sujeito de direitos (Brasil, 2013; Oliveira et al., 2026).

3.2. Preparo técnico e científico da enfermagem para a assistência à população transgênero

O preparo da equipe de enfermagem envolve conhecimentos clínicos, éticos e sociais necessários à identificação das necessidades de cada paciente. Na assistência à população trans, exige distinguir identidade de gênero e orientação sexual, utilizar comunicação respeitosa e evitar pressupostos sobre o corpo, as práticas sexuais ou os tratamentos realizados. A diversidade das experiências requer avaliação individualizada, sem reduzir o cuidado às questões relacionadas à transição de gênero (Chagas; Santos; Jesus, 2023).

A insuficiência de formação pode dificultar o acolhimento e gerar insegurança profissional. Entretanto, a qualificação não depende exclusivamente da iniciativa individual: requer oportunidades institucionais de aprendizagem e discussão das situações vivenciadas nos serviços. A educação permanente permite abordar dúvidas, revisar práticas e reconhecer comportamentos discriminatórios que podem estar naturalizados nas rotinas assistenciais (Lima et al., 2026).

A política nacional prevê a inclusão do enfrentamento às discriminações nos processos de educação permanente de gestores e trabalhadores da saúde. Essa diretriz reforça que a qualificação deve alcançar tanto a assistência direta quanto os setores envolvidos na recepção, nos registros e na organização do atendimento, favorecendo coerência entre o compromisso institucional e as práticas cotidianas (Brasil, 2017; Pinheiro et al., 2024).

O conhecimento técnico precisa estar associado à capacidade de escutar e reconhecer diferentes experiências de vida. A literatura sobre mulheres trans e travestis aponta o despreparo profissional e a ausência de protocolos entre as barreiras assistenciais, enquanto identifica o acolhimento sensível e a atuação multiprofissional como facilitadores. Assim, o preparo científico deve orientar condutas inclusivas e adequadas às necessidades apresentadas (Fernandes et al., 2025).

3.3. Estratégias para um acolhimento de enfermagem humanizado e equitativo

O respeito ao nome social constitui uma das medidas previstas na Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Sua aplicação deve integrar as relações assistenciais e os procedimentos institucionais, evitando que o reconhecimento da identidade dependa apenas da postura de determinados profissionais. A equidade exige considerar necessidades específicas e enfrentar obstáculos que dificultem o acesso e a continuidade do cuidado (Brasil, 2017; Silva et al.,2025).

No acolhimento de enfermagem, a escuta qualificada permite conhecer a demanda que motivou a procura pelo serviço e compreender as preocupações do paciente. A construção do

cuidado deve valorizar sua autonomia, preservar a privacidade e oferecer informações compreensíveis. Essa abordagem favorece uma assistência integral, reconhecendo que as necessidades de pessoas trans abrangem diferentes dimensões da saúde (Chagas; Santos; Jesus, 2023).

A organização de protocolos e fluxos inclusivos pode apoiar a continuidade dessas práticas. Como proposta para o ambiente hospitalar, podem ser considerados procedimentos para o registro e a utilização do nome social, comunicação respeitosa nas passagens de plantão, proteção das informações pessoais e encaminhamento de situações de discriminação. Essas estratégias derivam da discussão sobre barreiras institucionais e precisam ser adaptadas e avaliadas em cada serviço (Fernandes et al., 2025).

O fortalecimento do acolhimento também requer participação dos usuários na identificação de dificuldades e avaliação do atendimento. As experiências positivas descritas por pessoas trans mostram a importância de reconhecer práticas que produzam segurança e respeito. Dessa forma, reduzir a invisibilidade envolve articular formação profissional, responsabilidade institucional e escuta dos pacientes, transformando os princípios de equidade em ações presentes na assistência (Oliveira et al., 2026).

Como limitação, parte das evidências discutidas foi produzida na Atenção Primária e em outros serviços, o que exige cautela em sua aplicação ao cenário hospitalar. Destaca-se, portanto, a necessidade de pesquisas que abordem especificamente as experiências de pacientes trans durante a hospitalização e avaliem estratégias de qualificação do acolhimento de enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invisibilidade da população trans nos serviços de saúde constitui uma barreira à construção de uma assistência integral e equitativa. O desrespeito à identidade de gênero e ao nome social, as práticas discriminatórias e as dificuldades de reconhecimento das necessidades dos pacientes podem comprometer o acolhimento, a confiança nos profissionais e a continuidade do cuidado.

A discussão evidencia que o preparo técnico e científico da enfermagem precisa estar associado à escuta qualificada, ao respeito à autonomia e à preservação da privacidade. A educação permanente permite revisar condutas e ampliar conhecimentos, mas deve ser

acompanhada de compromisso institucional, protocolos inclusivos e condições para que os profissionais incorporem essas práticas ao atendimento.

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT oferece fundamentos para enfrentar a discriminação e reduzir as desigualdades. Entretanto, sua existência não assegura, isoladamente, mudanças nas relações assistenciais. Sua implementação exige participação da gestão, das equipes e dos usuários na identificação de barreiras e na organização de ações que garantam reconhecimento e respeito durante todo o percurso de cuidado.

Como limitação, parte das evidências discutidas foi produzida na Atenção Primária e em outros serviços, o que exige cautela em sua aplicação ao cenário hospitalar. Destaca-se, portanto, a necessidade de pesquisas que abordem especificamente as experiências de pacientes trans durante a hospitalização e avaliem estratégias de qualificação do acolhimento de enfermagem.

Conclui-se que reduzir a invisibilidade trans no acolhimento de enfermagem requer articular formação profissional, responsabilidade institucional e participação dos pacientes. O reconhecimento da identidade de gênero, a utilização do nome social e a atenção às necessidades individuais devem integrar a rotina assistencial, contribuindo para um cuidado humanizado, inclusivo e comprometido com a equidade.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Anexo XXI: Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em: 23 ago. 2026.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

3. BARBOSA, Paulo Rogério Nunes; ROMANO, Valeria Ferreira. As pessoas transexuais e travestis e a invisibilidade na Atenção Primária à Saúde. HU Revista, Juiz de Fora, v. 50, p. 1–8, 2024. DOI: 10.34019/1982-8047.2024.v50.45762. Disponível em: https://doi.org/10.34019/1982-8047.2024.v50.45762. Acesso em: 23 ago. 2026.

4. CHAGAS, Manoella Alves Carneiro; SANTOS, Adriano Maia dos; JESUS, Naila Neves de. Nursing care for the transgender population in primary health care: an integrative review.

Investigación y Educación en Enfermería, Medellín, v. 41, n. 1, e07, 2023. DOI: 10.17533/udea.iee.v41n1e07. Disponível em: https://doi.org/10.17533/udea.iee.v41n1e07. Acesso em: 23 ago. 2026.

5. FERNANDES, Renan da Cunha et al. Acesso de mulheres trans e travestis nos serviços de saúde: revisão integrativa baseada na Teoria do Cuidado Transcultural de Leininger. Nursing Edição Brasileira, v. 30, n. 329, p. 11716–11733, 2025. DOI: 10.36489/nursing.2025v30i329p11716-11733. Disponível em: https://doi.org/10.36489/nursing.2025v30i329p11716-11733. Acesso em: 23 ago. 2026.

6. GENTIL, Ana Gabriela Bastos; PADILHA, Maria Itayra; BELLAGUARDA, Maria Lígia dos Reis; CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso. Desvelando o conhecimento de estudantes de graduação em enfermagem sobre as pessoas trans. Texto & Contexto – Enfermagem, Florianópolis, v. 32, e20220150, 2023. DOI: 10.1590/1980-265X-TCE-2022-0150pt. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0150pt. Acesso em: 23 ago. 2026.

7. LIMA, Mariana Alexandre Gadelha de et al. Fatores intervenientes no acolhimento de pessoas transexuais: discurso dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde. Revista Contexto & Saúde, Ijuí, v. 26, n. 51, e15824, 2026. DOI: 10.21527/2176-7114.2026.51.15824. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2176-7114.2026.51.15824. Acesso em: 23 ago. 2026.

8. OLIVEIRA, Ester Mascarenhas et al. Acesso aos serviços de saúde pública por pessoas transgêneras: experiências na capital do Brasil. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 60, e20250273, 2026. DOI: 10.1590/1980-220X-REEUSP-2025-0273pt. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2025-0273pt. Acesso em: 23 ago. 2026.

9. PINHEIRO, Thiago Félix et al. Dificuldades e avanços no acesso e no uso de serviços de saúde por mulheres trans e travestis no Brasil. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 27, supl. 1, e240007.supl.1, 2024. DOI: 10.1590/1980-549720240007.supl.1.2. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-549720240007.supl.1.2. Acesso em: 23 ago. 2026.

10. SILVA, Liniker Scolfild Rodrigues da et al. Obstáculos no acesso a serviços públicos de saúde por travestis e pessoas transexuais: revisão integrativa. Rev Rene, Fortaleza, v. 24, e81811, 2023. DOI: 10.15253/2175-6783.2023481811. Disponível em: https://doi.org/10.15253/2175-6783.2023481811. Acesso em: 23 ago. 2026.

11. SILVA, Paulo Augusto Franco; SOUZA, Carla Cristina de; NOLASCO, Gabriel Luis Pereira; OLIVEIRA, Esmael Alves de. O SUS é para todos/as/es? Uma análise das atuações de profissionais da saúde no atendimento e acolhimento de pessoas transexuais e travestis na APS de Campo Grande-MS. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, e350305, 2025. DOI: 10.1590/S0103-7331202535030 5pt. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-7331202535030 5pt. Acesso em: 23 ago. 2026.

12. VERAS, Pedro Henrique Lima et al. Acolhimento de travestis e transexuais na Atenção Primária à Saúde: uma revisão bibliográfica. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 95, n. 36, e021177, 2021. DOI: 10.31011/reaid-2021-v.95-n.36-art.1179. Disponível em: https://doi.org/10.31011/reaid-2021-v.95-n.36-art.1179. Acesso em: 23 ago. 2026.